



PROCESSO Nº : 187.205-2/2024
PRINCIPAL : MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADA : C.F.C.
ASSUNTO : REVISÃO DE APOSENTADORIA
CARGO : PROFISSIONAL TÉCNICO NÍVEL MÉDIO SERVIÇO SAÚDE SUS
RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

PARECER Nº 1.225/2025

REVISÃO DE APOSENTADORIA. MATO GROSSO PREVIDÊNCIA. RETIFICAÇÃO PARA MUDANÇA DE NÍVEL. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL AO REGISTRO. RATIFICAÇÃO DO PARECER Nº 5.627/2024. MANIFESTAÇÃO PELO REGISTRO DO ATO Nº 3.887/2021 E DA PLANILHA DE PROVENTOS.

1. RELATÓRIO

1. Retornam os autos de processo instaurado para apurar a legalidade, para fins de registro, de **revisão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição**, com proventos integrais, concedida à **Sra. C.F.C.** CPF nº 57.806.611-20, servidora efetiva no cargo de PROFISSIONAL TÉCNICO NÍVEL MÉDIO SERVIÇO SAÚDE SUS B-011, lotado na Secretária de Estado de Saúde, no município de Cuiabá/MT.
2. A 5ª Secretaria de Controle Externo sugeriu, por meio do relatório técnico preliminar (doc. Digital nº 557786/2024), o registro do Ato nº 3.887/2021.
3. Em seguida, vieram os autos ao Ministério Público de Contas que emitiu o Parecer nº 5.627/2024, sugerindo o registro do Ato acima citado.
4. Todavia, através de decisão do Conselheiro Relator, foi requerida a intimação do gestor, tendo em vista a constatação da ausência de documentação que é





demandada conforme o 5º Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE/MT, capítulo IV.

5. Dessa maneira, o gestor trouxe a documentação solicitada (documento digital de nº 586671/2025).

6. Os autos retornaram à 5ª Secretaria de Controle Externo, que por meio do Relatório Técnico de Defesa (doc. Digital nº 592858/2024), verificou que foram sanados os apontamentos com o envio da documentação perquirida.

7. Em sequência, vieram os autos novamente ao Ministério Público de Contas para emissão de novo parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

8. Pois bem, com o envio da documentação (documento digital de nº 586671/2025), foram saneados os autos, conforme o envio da documentação:

- 01. Requerimento ex ofício ou pedido do servidor ou do beneficiário;
- 04. Certidão para fins de aposentadoria, reforma, reserva ou pensão;
- 06. Holerite da última remuneração do servidor em atividade;
- 10. Termo de Posse;
- 15. Planilha de Proventos.
- 18. Justificativa do não- encaminhamento de documentos.

9. Portanto, considerando que após as devidas diligências, os autos encontram-se regulares, o *Parquet* de Contas **ratifica o Parecer nº 5.627/2024** e opina pelo registro do Ato nº 3.887/2021, que corrigiu o enquadramento do servidor do Nível “010” para “011”





3. CONCLUSÃO

10. Dessa forma, o **Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais, **ratifica o Parecer nº 5.627/2024** e opina pelo **registro do Ato nº 3.887/2021**, bem como pela **legalidade** da planilha de proventos retificada.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 28 de abril de 2025.

(assinatura digital)¹

WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR
Procurador-geral de Contas Adjunto

¹“Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.”

